



# ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE-CE

RUA JOSÉ ALVES BEZERRA (ZÉ AGOSTINHO), Nº 585  
RIACHINHO - VÁRZEA ALEGRE-CE  
CEP: 63540-000

WWW.CAMARAVARZEAALLEGRE.CE.GOV.BR  
CAMARAV.A@HOTMAIL.COM  
(88)3541-2073

## PARECER 008/2025 - COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

### 1. RELATÓRIO

Trata-se do **PROJETO DE LEI Nº 006/2025**, de 21 de janeiro de 2025, de autoria do Prefeito Municipal de Várzea Alegre, **FLÁVIO SALVIANO DE LIMA FILHO**, que **AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO ATRAVÉS DO REGIME JURÍDICO DE PARECERIA ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, que deu entrada na Câmara Municipal na 1ª Sessão Ordinária, do dia 22 de janeiro de 2025.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO

A Lei nº 13.019/2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

A parceria ocorre mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos no Termo de Colaboração, em Termos de Fomento ou em Acordos de Cooperação.

A referida norma federal institui regras para parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, garantindo transparência, controle social e eficiência na execução de políticas públicas. Assim, a presente iniciativa se fundamenta nos seguintes dispositivos legais:

1. **Competência Municipal:** A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 30, inciso I, assegura aos municípios a prerrogativa de legislar sobre assuntos de interesse local, o que inclui a regulamentação de parcerias para execução de serviços e atividades de interesse público.
2. **Conformidade com o MROSC:** A Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece um modelo jurídico adequado para a formalização de **Termos de Colaboração, Termos de Fomento e Acordos de Cooperação** entre o poder público e as organizações da sociedade civil. A norma exige a observância de critérios objetivos para a seleção das entidades, bem como mecanismos de prestação de contas e fiscalização.





## **ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE-CE**

RUA JOSÉ ALVES BEZERRA (ZÉ AGOSTINHO), Nº 585  
RIACHINHO - VÁRZEA ALEGRE-CE  
CEP: 63540-000

WWW.CAMARAVARZEALEGRE.CE.GOV.BR  
CAMARAV.A@HOTMAIL.COM  
(88)3541-2073

3. **Princípios da Administração Pública:** A proposta está alinhada aos princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, garantindo que as parcerias sejam celebradas de forma transparente e em benefício da coletividade.
4. **Eficiência na Gestão Pública:** A formalização de parcerias com organizações da sociedade civil possibilita uma gestão mais eficiente e descentralizada dos serviços de interesse público, especialmente nas áreas de assistência social, cultura, educação, meio ambiente e saúde, permitindo que a administração municipal amplie sua capacidade de atendimento à população.

Através da Lei proposta, o Poder Executivo Municipal compromete-se a realizar **prestações de contas semestrais** dos recursos investidos nas parcerias firmadas com as Organizações da Sociedade Civil, garantindo transparência e controle na aplicação dos recursos públicos. Além disso, estabelece-se a obrigatoriedade de uma **avaliação pública anual** dos resultados alcançados, permitindo a mensuração do impacto social e financeiro das ações desenvolvidas. Essa medida visa assegurar a efetividade das políticas implementadas, bem como fortalecer a participação e o controle social na gestão dos recursos destinados às iniciativas de interesse público.

Em discussão durante a reunião desta Comissão, o vereador membro **JOAQUIM GABRIEL BEZERRA FRUTUOSO (PP)**, votou contrariamente à proposição, apresentando suas razões por escrito, que seguirá em anexo a este parecer. Colocada em votação, restou vencido o voto contrário do vereador, sendo o resultado da votação em 02 (dois) votos favoráveis à proposição, e 01 (um) voto desfavorável à proposição, restando aprovada o parecer desta comissão pela constitucionalidade da matéria.

### **3. DISPOSITIVO**

Após análise do **PROJETO DE LEI Nº 006/2025**, de 21 de janeiro de 2025, de Autoria do Prefeito Municipal de Várzea Alegre, **FLÁVIO SALVIANO DE LIMA FILHO**, que **AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO ATRAVÉS DO REGIME JURÍDICO DE PARECERIA ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE**





**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE-CE**

RUA JOSÉ ALVES BEZERRA (ZÉ AGOSTINHO), Nº 585  
RIACHINHO - VÁRZEA ALEGRE-CE  
CEP: 63540-000

WWW.CAMARAVARZEALEGRE.CE.GOV.BR  
CAMARAV.A@HOTMAIL.COM  
(88)3541-2073

**CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, a Comissão de Justiça e Redação, em reunião ordinária realizada no dia 04 de fevereiro do corrente ano, votou pela **CONSTITUCIONALIDADE** da referida matéria.

Várzea Alegre, 04 de fevereiro de 2025

**OTONIEL FIÚZA DE ALENCAR JUNIOR**  
PRESIDENTE

**VALDELEIDE BITU DE OLIVEIRA**  
SECRETÁRIA

**JOAQUIM GABRIEL BEZERRA FRUTUOSO**  
MEMBRO

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE  
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO: 05/02/25  
  
**MENÉSIA SIMIÃO LEONARDO**  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE  
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO: 05/02/25  
  
**MENÉSIA SIMIÃO LEONARDO**  
PRESIDENTE



## **PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**Projeto de Lei nº. 06, que autoriza o município a celebrar termo de parceria colaboração, por meio de parceria entre a administração pública municipal e organizações da sociedade civil, em regime mútua cooperação. Sem observância dos princípios da publicidade e da eficiência.**

**Relator: Joaquim Gabriel Bezerra Frutuoso**

**Várzea Alegre – Ceará, 05 de fevereiro de 2025.**

### **I. Relatório**

O projeto de lei em análise tem como objetivo autorizar o município a **celebrar termo de parceria colaboração, entre a administração pública municipal e organizações da sociedade civil, em regime mútua cooperação**, sem a observância dos princípios da publicidade e da eficiência, conforme determinado pela Constituição Federal.

### **II. Fundamentação**

O projeto de lei, ao dispensar a observância dos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência, apresenta sérios questionamentos quanto à sua conformidade com a Constituição e com a legislação infraconstitucional. Vejamos as razões para esta análise:

#### **1. Princípio da Publicidade**

O **princípio da publicidade** (art. 37, caput, da Constituição Federal) determina que os atos administrativos devem ser públicos, garantindo à sociedade o direito à informação. Considerando que somente definir **organizações da sociedade civil, sem especificar** de forma clara quais os serviços, quais critérios de seleção etc., **configura**, ausência de publicidade e pode acarretar a falta de transparência, o que prejudica a fiscalização e o controle social, além de dificultar o acesso da população a informações essenciais.

#### **2. Princípio da Eficiência**

O **princípio da eficiência**, também previsto no artigo 37 da Constituição, exige que a administração pública atue de forma eficaz e otimizada na realização de suas funções. A **celebração de termo de parceria e colaboração, entre a administração pública municipal e organizações da sociedade civil, em regime mútua cooperação**, sem especificar de forma clara quais os serviços, qual o público será atendido, quais os



critérios de seleção e qual a finalidades que visão ser atingidas, não atendem a esse princípio pode resultar em desperdício de recursos públicos, prejuízos para a sociedade e falta de eficácia nas políticas públicas implementadas.

### **3. Inconstitucionalidade**

A celebração de termo de parceria e colaboração, sem a observância desses princípios fere diretamente a Constituição, que impõe sua observância obrigatória no âmbito da administração pública. A inexistência de mecanismos de controle social, de publicidade adequada e de eficiência na aplicação dos recursos pode comprometer a legalidade e a moralidade administrativa, princípios constitucionais basilares.

### **III. Conclusão**

Diante do exposto, entendemos que o Projeto de Lei nº. 06 apresenta vícios que comprometem sua constitucionalidade, especialmente por contrariar os princípios da publicidade e da eficiência. A proposta, em sua atual redação, deveria ser reformulada para garantir o respeito à Constituição, à transparência na gestão pública e à eficácia na aplicação dos recursos públicos.

**O PARECER É PELA INCONSTITUCIONALIDADE DO PROJETO DE LEI nº. 06, conforme a fundamentação exposta.**

Joaquim Gabriel Bezerra Frutuoso

Relator

*Joaquim Gabriel Bezerra Frutuoso*